

ATA DA REUNIÃO COM OS DIRETORES DAS UNIDADES DE PESQUISA, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS – CBPF, RIO DE JANEIRO, NOS DIAS 13 E 14 DE AGOSTO DE 2007.

Estiveram presentes: Luiz Fernando **Schettino** – **SCUP**, Carlos **Oiti** Berbert – **SCUP**, Maria Cristina de Lima Perez Marçal – **SCUP**, Luiz Antonio Rodrigues Elias - **Secretaria Executiva**, Maria do Socoro Fernandes – **Secretaria Executiva**, Arthur Pereira Nunes – **Secretaria Executiva** , Roberto Vanderley de Andrade – **SPOA** , Sergio Luiz Doscher da Fonseca - **SPOA** , **José Antonio** Brum – ABTLus, Ricardo **Magnus Osório** Galvão –CBPF, Adão Benvindo **da Luz** CETEM , **Zuleika Castillo** CETEM, Emir **José** Suaiden – IBICT, **César Leopoldo** Camacho - IMPA, **Estevão Monteiro de Paula** – **INPA** , Gilberto Câmara - INPE, **Domingos Manfredi Naveiro** - INT, Roberto Germano Costa – INSA , Albert Bruch – LNA , Abimael **Fernando Dourado** Loula - LNCC , . **Ana Rita P. Alves** - **Mamirauá**, **Alfredo** Tiomno **Tolmasquim** - **MAST**, Ima **Célia Guimarães Vieira** – MPEG, Sérgio Fontes – ON , Nelson Simões **da Silva** – RNP, **José Fernando Thomé Jucá** – **CETENE**, **Sergio Bampi** - **CEITEC**, **Marco Antonio Chamon** – **INPE**, substituindo Gilberto Câmara, no dia 14 de agosto.

A reunião foi aberta pelo Sr. Secretário Executivo, Prof. Luiz Antonio Rodrigues Elias, às 9h30min, que agradeceu ao Prof. Ricardo Galvão a cessão das instalações do CBPF para a realização deste encontro. Destacou a importância desta reunião, com a presença de todas as unidades de pesquisa e organizações sociais para o planejamento do plano de ação para o período de 2008 a 2010 e a integração dos

institutos em seus objetivos comuns, promovendo assim uma parceria e maior expansão.

Iniciou a sua apresentação, destacando os objetivos do Governo Federal para o PPA 2208/2010 : a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda; propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento em seus diversos níveis e modalidades, com equidade e qualidade; o fortalecimento da democracia e a cidadania com garantia dos direitos humanos; a Implantação de uma infra-estrutura eficiente e integradora do território brasileiro; a redução das desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional; o fortalecimento da inserção soberana internacional e da integração sul-americana; a elevação da competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica; a promoção de um ambiente social pacífico e garantia da integridade dos cidadãos, e o acesso com qualidade a serviços e benefícios sociais, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se seu caráter democrático e descentralizado. Destacou as premissas básicas para o Plano de C,T&I : 1) Existe uma forte correlação entre o grau de desenvolvimento de um país e seu esforço em C,T&I; 2) Os países com economias desenvolvidas têm forte atividade de P&D&I nas empresas, financiadas por elas próprias e pelo governo; 3) Alguns países mudaram drasticamente seu padrão de desenvolvimento econômico através de políticas industriais articuladas com as políticas de C,T&I e 4) O Brasil é um país “intermediário” no mundo, em termos de capacidade produtiva e acadêmica, e tem condições de seguir o exemplo desses países para atingir um patamar que se aproxime ao dos países desenvolvidos. O Plano de Ação contém atividades distribuídas em quatro dimensões que abrigam 21 linhas de ação , uma meta prioritária para cada dimensão e a abrangência necessária para incorporar a extensa gama de atividades em C&T&I no Brasil . O Plano prioriza a consolidação do sistema nacional de C&T e a ampliação da inovação nas empresas. As quatro dimensões do plano são : **1- EXPANSÃO E**

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE C,T&I: Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a formação de Recursos Humanos para C,T&I e Infra-estrutura e Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica. **2- INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS EMPRESAS:** Intensificar as ações de fomento para a criação de um ambiente favorável à inovação nas empresas e o fortalecimento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior; e incentivos à Criação e Consolidação de Empresas Inovadoras; tendo como meta prioritária, ampliar a razão entre gastos em P&D e faturamento das empresas de 0,6% a 1,2% até 2010, por meio do sistema integrado de financiamento a investimentos em inovação tecnológica e de forte ampliação de recursos para financiamento e para capital de risco; com o apoio financeiro às atividades de P,D&I e à inserção de pesquisadores nas empresas, bem como a estruturação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), formado por institutos de pesquisa tecnológica e centros universitários de competência industrial, em todo o território nacional e organizados em redes setoriais, temáticas e estratégicas, para apoiar o desenvolvimento de empresas industriais, através da prestação de serviços tecnológicos (metrologia, TIB), atividades de P&D e inovação, extensionismo, assistência e transferência de tecnologia. **3- P,D&I EM ÁREAS ESTRATÉGICAS:** Fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do País, como Biotecnologia, Nanotecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação, Insumos para a Saúde, Biocombustíveis, Energia Elétrica, Hidrogênio e Energias Renováveis, Petróleo, Gás e Carvão Mineral, Agronegócio, Biodiversidade e Recursos Naturais, Amazônia e Semi-Árido, Meteorologia e Mudanças Climáticas, Programa Espacial, Programa Nuclear e Defesa Nacional e Segurança Pública, tendo como meta prioritária, aprimorar e consolidar de forma inequívoca a liderança mundial brasileira em tecnologia de biocombustíveis. **4- C&T PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL:** Promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a difusão de tecnologias para a inclusão

e o desenvolvimento social: tendo como meta prioritária, realizar a inclusão digital por meio da implantação de 2.000 telecentros até 2010, especialmente em municípios com o menor IDH e em comunidades tradicionais.

Concluindo, o plano abrange toda a extensa gama de atividades de C&T&I no Brasil, elege um conjunto de ações com prioridades estratégicas que são metas, dá a devida relevância à inclusão social e, ao mesmo tempo, corresponde a um verdadeiro PAC da inovação nas empresas.

O Senhor Subsecretário da Coordenação das Unidades de Pesquisas, Prof. Luiz Fernando Schettino, agradeceu e parabenizou o Sr. Luiz Antonio R. Elias pelo importante trabalho integrado e parceria que vem sendo desenvolvido dentro daquilo que o Ministro determinou, agradecendo também a toda equipe da SCUP pela matricial do planejamento estratégico. Aproveitando, solicitou que fosse dada uma atenção especial à questão de compras e obras, na escolha de empresas com boa sustentabilidade e licenças adequadas. O Prof. José Antonio Brum, da ABTLus, pediu a palavra, lembrando que a integração das unidades de pesquisas começou há 6 anos, em 2001, com o Relatório Tundisi e que, agora, nesta segunda etapa, é importante a integração com o resto do Ministério e a sua continuidade.

O Senhor Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Dr. Roberto Vanderlei de Andrade fez uma breve exposição sobre os assuntos que seriam tratados relativos ao orçamento, destacando o esforço do Secretário Executivo para se ter um resultado otimizado referente aos poucos recursos disponíveis, abrindo todas as secretarias do MCT para que, nas ações conjuntas, tenha-se um bom êxito.

A Dra. Maria do Socorro Fernandes iniciou a sua apresentação mostrando um cronograma da programação qualitativa que se iniciou em fevereiro, com o convite para apresentação de Projetos de Grande Vulto, depois, em abril, seis projetos foram submetidos à CMA; no início de maio, a ASCAV concluiu minuta de Orientações Estratégicas (OEG e Plano de Ações). Nos dias 9 e 10 maio, aconteceu o Seminário interno para elaboração do PPA 2008-2011 e do PLOA 2008 e durante esse mês, foi

feito um trabalho conjunto ASCAV/SPOA e demais Unidades do MCT para elaboração da Programação. Em 31 maio, a programação foi inserida no SIGPlan e nos dias 10 e 11 junho foi feita a validação externa (Programas e Ações). Em 13 de julho, a SOF comunicou os referenciais monetários para a elaboração do PLOA 2008 e, em 20 julho, a SPI comunicou os referenciais monetários para a elaboração do PPA, exercícios 2009, 2010 e 2011. Como resultados da programação qualitativa, foram apresentados os seguintes projetos de grande vulto: No **INPE**, dois projetos foram validados: Infra-estrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial e Infra-estrutura para Atender as Demandas das Mudanças Climáticas Globais. No **INPA**, um projeto: Ampliação e modernização de sua infra-estrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais. No **LNCC** houve a recomendação para implementar um projeto no âmbito do Fundo Setorial Infra-Estrutura. No seminário interno para elaboração do PPA 2008-2011 e do PLOA 2008, os seguintes programas foram propostos: CT&I para a Amazônia; CT&I Aplicadas aos Recursos Naturais; Meteorologia e Mudanças Climáticas; CT&I para Inclusão e Desenvolvimento Social; Difusão e Popularização da C&T; Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para CT&I; Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Nacional de Atividades Nucleares; Nacional de Atividades Espaciais (PNAE); CT&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e Gestão da Política de CT&I e apenas dois não foram validados: CT&I para a Amazônia e Difusão e Popularização da C&T. O documento final aprovado pelo Ministro referente às orientações estratégicas e uma planilha com todas as ações validadas e justificativas relativas aos indeferimentos e fusões foram distribuídos aos participantes. Ações novas não orçadas em 2008, poderão constar do PPA, desde que orçadas para os anos seguintes. Como exemplo, podemos citar os projetos de grande vulto.

Com referência à programação quantitativa, foi dada a palavra ao Dr. Sérgio Luiz Doscher da Fonseca que fez uma explanação a respeito da situação orçamentária do MCT, destacando a situação das UPs e OS's. Após sua apresentação, deu-se início ao debate.

O Prof. Abimael (LNCC) indagou se os recursos para o aumento da carreira estão inseridos no plano. O Prof. Luiz Elias disse que, nesta semana, o Presidente Lula deve decidir sobre uma expansão de 16% no orçamento para todos os Ministérios e o impacto devido ao aumento da carreira deve ser suplementar.

O Prof. Germano (INSA) mostrou sua preocupação em não ver o seu Instituto incluído no PPA. Entretanto o Prof. Elias confirmou que a Amazônia e o Semi-Arido estão incluídos nas áreas estratégicas e também no Plano de Ação.

O Prof. Gilberto Câmara (INPE) sugeriu que deveria se pensar em laboratórios nacionais ao invés de unidades de pesquisas. Indagou como as instituições podem atuar no desenvolvimento da inovação, considerando isto um desafio coletivo.

O Prof. Camacho (IMPA) falou sobre a falta de valores específicos do PPA por UPs. Nas Organizações Sociais, é necessário estar previsto no PPA um orçamento crescente para conter o aumento salarial, tendo em vista o dissídio coletivo que é de 5 a 10% por ano.

O Prof. Brum (ABTLus), registrou que, apesar de não gostar do termo “unidade de pesquisa”, ele diferencia uma unidade de pesquisa de um laboratório nacional. Para ele, um Laboratório Nacional mantém um tipo de instalação e suporte com uma estrutura laboratorial para apoio à comunidade científica. Uma das grandes distinções se refere à missão específica de cada um. Enquanto um Laboratório Nacional tem um pequeno corpo de pesquisadores, um centro de pesquisas, como o CBPF, possui um grande quadro de pesquisas. Para ele, existem 3 Laboratórios Nacionais: o LNA, o LNCC e o LNLS. Outro assunto que também acha importante reforçar é a dificuldade de compreensão e distinção entre as OS's e as Unidades de Administração Direta no MCT e que se reflete também no Ministério da Fazenda e do Planejamento.

O Prof. Galvão (CBPF) parabenizou a iniciativa do Prof. Elias e do Prof. Schettino para esta reunião que vai de encontro ao anseio de todos os diretores das unidades, prevendo uma perspectiva para os próximos 2 anos muito boa. Queria registrar que o MCT cuida do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o Brasil todo, atendendo comunidades de pesquisa que não pertencem ao MCT, como exemplo, as universidades. É importante que a comunidade científica tenha as unidades de pesquisa como instrumento nacional para seu desenvolvimento e não como competidores, sendo necessário um trabalho conjunto. Quanto a questão da inovação, esta é essencial e exige uma mudança de mentalidade. Devemos transformar as unidades num instrumento de facilitação para os grupos de Trabalho no Brasil.

A Prof. Ima Vieira (MPEG) destacou a sua preocupação com o Museu Goeldi. Relatou que sua instituição tem uma atividade muito grande de pesquisa e, infelizmente, as atividades dos institutos da Amazônia não são refletidas no PPA. As ações deveriam ser melhor distribuídas entre os distintos programas.

O Prof. Nelson Simões (RNP) declarou que sente sua unidade numa forma de “expansão agonizante”, uma vez que os desafios a longo prazo são muito grandes. Prefere pensar em algo possível do que numa expansão improvável.

O Prof. Adão (CETEM) indagou sobre a criação das fundações públicas de direito privado. Sugeriu que o MCT deveria fazer um estudo dentro de cada instituição de como e quando ela quer se expandir.

O Prof. Domingos Manfredi (INT) observou que esta discussão que está sendo feita no MCT deveria ser trazida para dentro das instituições. Destacou alguns pontos importantes vinculados à questão da transferência de tecnologia dos institutos de pesquisas para as empresas. Enfatizou a relevância de se desenvolver uma política de apoio para consolidação de tais atividades, incluindo aspectos envolvidos na obtenção e manutenção de patentes.

O Prof. Emir (IBICT) declarou da falta de visibilidade das ações desenvolvidas pelo IBICT, quando, muitas vezes, os méritos vão para outras instituições, como a CAPES. Informou que sua biblioteca digital já tem mais de 50.000 teses,. Entretanto, os méritos também vão para a CAPES. O IBICT acaba de receber um premio mundial por seu portal brasileiro de respostas técnicas, quando mais de 400 instituições se candidataram e não tivemos nenhuma divulgação na mídia. Portanto, deve-se colocar na agenda a questão da comunicação - como levar essas noticias ao domínio público.

O Prof. José Fernando Jucá (CETENE) comunicou que estão há um ano e meio na região nordeste, trabalhando com biotecnologia e nanotecnologia, com forte interação com a sociedade através de redes de instituições na área de pesquisa aplicada tecnológica e com forte prospecção de demanda. A sua instituição tem um forte apoio do INT.

O Prof. Albert Bruch (LNA) considera que os laboratórios nacionais atuais têm um papel distinto do que foi colocado pelo Prof. Gilberto. Destacou que o problema de recursos humanos tem que ser solucionado para assegurar a expansão das unidades de pesquisa. A integração com os ministérios também é importante.

O Prof. Estevão (INPA) relatou que as atividades de seu Instituto são essencialmente na área biológica. Há um esforço muito grande em inovação,sugerindo que se trabalhe também com as causas e não só com os efeitos. Quanto ao estabelecimento de prioridades, deve ser feito com muito critério.

Encerrando o debate, o Prof. Elias destacou as questões mais relevantes: qualificação melhor das unidades de pesquisa em sua expansão; a cautela na definição das prioridades; o papel dos institutos como unidades de pesquisa e laboratórios nacionais; a integração entre os institutos e a comunicação com a mídia. Registrou que dentro de um mês, haverá uma nova reunião com a presença dos secretários e, se possível, do Ministro.

O Prof. Luiz Schettino iniciou sua apresentação, informando que, junto a este trabalho, serão juntadas as informações enviadas pelas unidades para se fazer uma proposição

ao CGE, sugerindo propostas para sua atuação e assim preparar o planejamento estratégico da SCUP. Enfatizou que é fundamental a integração entre as unidades de pesquisa para o Ministro. Sobre a questão da aproximação maior entre as UPs (MCT) na implementação com o novo Plano de Ações 2007/2010, é importante a determinação do que cada unidade pode fazer para a outra, além das Secretarias. Do MCT. Sobre a maior interação das UPs com demais Secretarias, já foram contratadas três pessoas para a SCUP - uma contadora, um apoio e uma secretaria - e assim já foram mapeadas todas as emendas parlamentares dos últimos 2 anos de para o MCT. Sobre a incorporação das UPs como parceiras centrais no Plano de Ações do MCT - 2007/2010, é relevante organizar o MCT na demanda de pessoal, orçamento e funcionamento. Quanto a contabilização de recursos recebidos de outras fontes pelas UPs, é imprescindível ter uma clareza sobre a origem das verbas disponíveis. É necessário adequar os PDUs aos objetivos e prioridades do Plano de Ações 2007/2010. Quanto as UPs como Centros de Pesquisa, é importante que elas sejam locais onde estão gerando condições de agregar qualidade para o desenvolvimento do País. O corpo de pesquisadores deve ser qualificado. Os pesquisadores devem funcionar em rede, em parceria. As UPs devem atuar como Âncoras de Redes Temáticas bem como as expansões. O aumento da capacidade de articulação já está sendo feito. Não se faz inovação sem arranjo produtivo, não se transforma conhecimento e desenvolvimento sem articulação com universidades, empresas, institutos. Com referência ao PCI, foi feito um levantamento e a sua verba anual é de 13 milhões de reais por ano. Entretanto 10% deste total (equivalente a 30 bolsas) não estão sendo utilizados. É preciso que seja aumentada essa eficiência. O MCT é favorável à associação com laboratórios privados nos trabalhos de ciência e tecnologia. A SCUP deve ter maior estatura no MCT, passando a nível de secretaria. O Prof. Jucá sugeriu que a questão da Lei de Inovação fosse melhor discutida dentro da SCUP.

O Prof. Carlos Oiti Berbert prosseguiu com a apresentação expondo a visão matricial das UPs, destacando os pontos principais: a interação inter-UPs, UPs e Secretarias do MCT e UPs e outros Ministérios. Até 2005, o único instrumento que se tinha dado um direcionamento era o Termo de Compromisso de Gestão - TCG. Em 2006, foi implantado o Planejamento Estratégico. Neste ano, já se tem uma avaliação e alguns itens foram excluídos ou modificados. Agora, será lançado o Plano de Ações do MCT e são necessárias algumas adaptações nos Planos Diretores, dentro da filosofia das prioridades. Com referência à interação das UPs e Secretarias do MCT, no ano passado, baseado nos Planos Diretores, já foi feita uma planilha identificando projetos estruturantes que poderiam ser de interesse de outras Secretarias. O terceiro ponto, a interação das UPs e outros Ministérios, surgiu agora uma oportunidade com a realização, nos dias 23, 24 e 25 de outubro, de um workshop organizado pelo Ministério da Defesa, sobre áreas estratégicas que não são executadas no Brasil, e um dos temas será a nanotecnologia. A reunião será fechada no dia 23 entre alguns institutos do MCT e do MD e seria interessante levar uma proposta de colaboração. Nos dias 24 e 25, haverá apresentação de trabalhos técnicos. Paralelamente, haverá 3 dias de exposição de tecnologia., com a presença de vários institutos. Haverá também um outro workshop, neste semestre, por exigência do Ministro, com uma das Secretarias. Com referência a infra-estrutura de pesquisa, houve a necessidade da recuperação predial e laboratorial de muitas unidades, uma vez que se passou 20 anos sem investimentos , expandiu-se no que foi possível e agora será cuidada a parte de equipamentos. Na parte de pessoal, é necessário solucionar a questão de isonomia de tabela com outras instituições. Não adianta fazer concurso publico, sem resolver a isonomia. Com referencia a parte de treinamento de pessoal administrativo e de gestão, a SCUP preparou um programa para isto e alguns cursos já estão disponibilizados. Também é preciso acertar a questão da isonomia dos DASs dos Diretores. O Prof. Gilberto levantou a questão das instituições pagarem cursos de mestrado e doutorado para seus funcionários. O Prof. Galvão indagou se era legal

este pagamento. Foi apresentado um quadro com os limites de diárias e passagens , durante os últimos anos, mostrando uma grande queda desses recursos. Foi também apresentada uma relação das contribuições que a SCUP está podendo oferecer às unidades: cobertura do déficit emergencial orçamentário e financeiro de algumas UPs; atualização dos títulos técnico-científicos nacionais e internacionais (periódicos) solicitados e necessários a compor os acervos de cada UP e Portal da CAPES; recuperação da infra-estrutura das UPs; melhora da eficiência da administração nas UPs, através da implantação do SIGTEC e da capacitação de RH, em conjunto com a CGRH; renovação das frotas de veículos; padronização do Sistema de Almojarifado e Patrimônio das U's (em fase final) e apoio à realização/participação em inúmeros eventos nacionais e internacionais.

Encerrada a primeira parte da reunião, foram organizadas duas mesas redondas, para que os diretores preparassem as planilhas de correlações entre o Plano Diretor de cada unidade e o Plano de Ações do MCT, visando uma reformulação do Plano Diretor.

Antes do início da apresentação deste trabalho, foi dada a palavra ao Prof. Avilio Antonio Franco, antecessor do Prof. Schettino na SCUP, e que foi convidado a assumir a Secretaria dos Institutos de Pesquisas e Institutos Tecnológicos da FINEP e que, aproveitando este encontro, gostaria de fazer alguns comunicados. Relatou que a agência está num processo de reestruturação visando dar uma maior agilidade na execução dos projetos. Está sendo contratada uma empresa para desenvolver um software para melhorar a elaboração dos formulários e também está se tentando mudar a cultura da máquina da casa. Ele está à disposição dos diretores para levar sugestões e solicitações à Diretoria e acredita que a área da ciência e tecnologia está num momento muito positivo. A FINEP está com dez programas em execução e, sob sua responsabilidade, há três programas: projetos estratégicos como o da área espacial e da Amazônia, mudanças climáticas e o extensionismo, onde haverá a possibilidade de maior integração com os institutos. Entretanto ele se propunha a

levar outros temas específicos que lhe fossem recomendados, dando maior ênfase aos programas. Foram sugeridos: ação do desenvolvimento sustentável do semi-árido; agro-minerais voltados para biocombustíveis; o cerrado brasileiro; a questão do genoma, a Amazônia, ações transversais e infra-estrutura para a região bem como a possibilidade de abertura de um escritório regional da FINEP ali.

Iniciou-se a apresentação das planilhas, dando ênfase para as quatro prioridades do Plano de Ações e destacando as ações de interação. As planilhas estão anexas a esta ata.

No final da reunião, recebemos a visita do Prof. Ildeu de Castro Moreira, da SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social que enfatizou sobre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, programada para o período de 01 a 07 de outubro próximo, comunicando aos presentes que, nos próximos dias haverá uma descentralização de 60% dos recursos solicitados. Recomendou que os Institutos providenciassem material sobre suas atividades para que se pudesse pautar a mídia.

O Prof. Oiti agradeceu a presença de todos, recomendando a atenção à questão da interação entre os institutos, observando que, diante da apresentação das planilhas, ele registrou cinco unidades trabalhando com nanotecnologia, oito, na área de biologia e biodiversidade, e outras em computação científica, demonstrando assim a importância deste trabalho.

A reunião foi encerrada às 15 horas do dia 14 de agosto.